



SEÇÃO: LITERATURA DO CONFINAMENTO: CELA, PRISÃO E ISOLAMENTO SOCIAL NA LITERATURA BRASILEIRA, LATINO-AMERICANA E EUROPEIA

Primeiras notas sobre o teor testemunhal em *Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você*, de Vera Tereza de Jesus

First notes on the testimonial content of Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você, by Vera Tereza de Jesus

Primeros apuntes sobre el contenido testimonial en Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você, de Vera Tereza de Jesus

Luciana Iost Vinhas¹

orcid.org/0000-0003-1026-2277
luciana.vinhas@ufrgs.br

Recebido em: 7 maio 2022.

Aprovado em: 12 set. 2022.

Publicado em: 17 nov. 2022.

Resumo: Partindo do pressuposto de que em toda literatura é possível identificar teor testemunhal (SELIGMANN-SILVA, 2003a), o presente artigo tem o objetivo de explanar as primeiras considerações sobre pesquisa referida ao testemunho na obra *Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você* (1965), de Vera Tereza de Jesus. Ao apresentar a publicação, retomamos pontos importantes acerca do seu contexto de produção (PENTEADO, 2018), tentando compreender alguns elementos ausentes na própria forma material do livro. Além disso, trazemos questões necessárias, ainda que iniciais, sobre a relação entre o teor testemunhal e a narrativa de cárcere de Vera Tereza, partindo de uma problematização do título da obra e de marcas temporais nos enunciados dessa escrita autobiográfica fortemente definida pelas opressões de gênero e pelas violências do Estado brasileiro. Com a reflexão empreendida, concluímos que é possível observar a forma como a narrativa dá forma ao tempo e ao teor testemunhal, imbricando passado, presente e futuro na escrita que é possível à autora. Conforme diz, o texto traz a realidade da sua vida, inscrita no crime, na violência, no desamparo, no abandono, e essa sua realidade é a mesma história de muitas outras pessoas figurada na sua pessoa. Seu texto antecipa todos os escritos referidos como literatura marginal de cárcere, os quais protagonizaram a cena editorial brasileira no início dos anos 2000, ganhando ainda mais relevância por fugir do padrão branco-burguês da época em que foi escrita, em plena ditadura civil-militar; a obra de Vera Tereza se mostra, então, como um acontecimento na historiografia literária brasileira.

Palavras-chave: teor testemunhal; escrita de cárcere; Ela e a reclusão; Vera Tereza de Jesus.

Abstract: Assuming that in all literature it is possible to identify testimonial content (SELIGMANN-SILVA, 2003a), this article aims to explain the first considerations about research related to the testimony in the work *Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você* (1965), by Vera Tereza de Jesus. When presenting the publication, we revisit important points about its context of production (PENTEADO, 2018), trying to understand some elements that are absent in the material form of the book itself. In addition, we bring necessary, although initial, questions about the relationship between the testimonial content and the prison narrative of Vera Tereza, starting from a problematization of the title of the work and temporal marks in the statements of this autobiographical writing strongly defined by gender oppressions, and by the violence of the Brazilian State. With the reflection, we conclude that it is possible to observe the way in which the narrative shapes the time and the testimonial content, imbricating past, present and future in the writing that is possible for the author. As she says, the text brings the reality of



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

¹ Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, RS, Brasil.

her life, inscribed in crime, violence, helplessness, abandonment, and this reality of hers is the same story of many other people figured in her person. Her text anticipates all the writings referred to as marginal prison literature, which played a leading role in the Brazilian publishing scene in the early 2000s, gaining even more relevance for escaping the white-bourgeois standard of the time it was written, in the midst of the civil-military dictatorship; Vera Tereza's work appears, then, as an event in Brazilian literary historiography.

Keywords: testimonial content; prison writing; Ela e a reclusão; Vera Tereza de Jesus.

Resumen: Asumiendo que en toda la literatura es posible identificar contenido testimonial (SELIGMAN-N-SILVAa, 2003), este artículo tiene como objetivo exponer las primeras consideraciones acerca de la investigación relacionada con el testimonio en la obra *Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você* (1965), de Vera Tereza de Jesus. Al presentar la publicación, repasamos puntos importantes sobre su contexto de producción (PENTEADO, 2018), tratando de comprender algunos elementos que están ausentes en la forma material del libro mismo. Además, traemos interrogantes necesarios, aunque iniciales, sobre la relación entre el contenido testimonial y la narrativa carcelaria de Vera Tereza, a partir de una problematización del título de la obra y de las marcas temporales en los enunciados de este escrito autobiográfico fuertemente definido por las opresiones del género y por la violencia del Estado brasileño. Con la reflexión emprendida, concluimos que es posible observar la forma en que la narración configura el tiempo y el contenido testimonial, imbricando pasado, presente y futuro en la escritura que le es posible al autor. Como ella dice, el texto trae la realidad de su vida, inscrita en el crimen, la violencia, el desamparo, el abandono, y esta realidad suya es la misma historia de muchas otras personas figuradas en su persona. Su texto anticipa todos los escritos denominados literatura carcelaria marginal, que desempeñó un papel protagónico en el escenario editorial brasileño a principios de la década de 2000, cobrando aún más relevancia por escapar del estándar blanco-burgués de la época en que fue escrito, en medio de la dictadura cívico-militar; la obra de Vera Tereza aparece, entonces, como un acontecimiento en la historiografía literaria brasileña.

Palabras clave: contenido testimonial; escritura de prisión; Ela e a reclusão; Vera Tereza de Jesus.

Introdução

Estudar a literatura de cárcere produzida no Brasil² é estudar sobre processos que constituem as subalternidades nacionais, consideradas efeito das rupturas ocasionadas pela colonização e pela escravatura, sobredeterminadas pelo patriarcalismo. Embora a questão patriarcal permaneça recalcada em muitos estudos, na presente reflexão, como será visto, ela será basilar. De início,

compreendemos que é incontornável considerar que as violências e os traumas que acometem a formação social brasileira não podem, portanto, ser desvinculados das marcas históricas promovidas pelos três elementos citados: a colonização, a escravatura e o patriarcalismo, todos, em alguma medida, relacionados ao funcionamento religioso cristão católico.

Apesar de as subalternidades³ terem sido sistematicamente apagadas no processo de formação da sociedade brasileira, sua presença (pela ausência) produz efeitos, os quais podem ser observados pelas diferentes contradições que constituem nossa história. Aqui, nosso foco é de trabalhar com literatura de cárcere produzida por mulheres, o que significa tentar contornar um vazio tanto na produção literária nacional, de forma mais ampla, quanto na escrita de mulheres brasileiras, de forma mais específica. Na conjuntura da literatura de cárcere, poucas (raras!) são as mulheres que conseguiram colocar sua palavra em movimento; vamos falar, neste texto, sobre a obra de uma delas.

O texto sobre o qual nos debruçaremos não é recente; foi publicado na década de 1960, após o início da ditadura civil-militar. Tal fato, além de muitos outros, rondam essa obra e a tornam objeto de fascínio, tanto pelo teor testemunhal nela presente quanto pelas diferentes faltas que constituem a sua publicação. Não sabemos se o ano exato da publicação é realmente 1965, data da primeira impressão, nem quantas edições foram publicadas, apesar de conseguirmos resgatar três edições da obra; tampouco se sabe se a autora obteve o auxílio de um gestor/transcritor. Além disso, é importante destacar o fato de ter sido uma obra escrita por uma mulher marcada por variadas opressões, dentre as quais se destaca a reclusão enquanto jovem, em casas de abrigo de menores, e enquanto adulta, em penitenciárias de diferentes lugares do país. Os dados concretos com os quais trabalharemos, em um primeiro momento, na expectativa de, em breve, conseguirmos desvendar alguns dos

² Agradeço à Profa. Dra. Luciana Paiva Coronel (FURG) pelas orientações que conduziram à reflexão aqui apresentada.

³ Importante referir que tomamos a subalternidade conforme desenvolvimento teórico desenvolvido por Spivak (2010).

mistérios que circundam a publicação, são o título e a autoria. A obra sobre a qual falaremos é *Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você*, de Vera Tereza de Jesus (JESUS, 1965, 1968, [197-]⁴).

O principal objetivo do trabalho é, ainda que de uma forma preliminar, tratar sobre o seu teor testemunhal, considerando-a uma escrita autobiográfica de cárcere. Vamos observar a narrativa e a sua relação com a temporalidade, buscando lançar um olhar sobre como se dá a relação entre testemunho e tempo na escrita autobiográfica. O testemunho, então, é compreendido enquanto elemento constitutivo da escrita autobiográfica, no qual os fatos e a ficção se emaranham em uma escrita singular, impossível de narrar outra coisa que não seja a verdade sobre aquilo que se sente, ou seja, a verdade sobre o impossível de ser simbolizado. Nosso entendimento é de que essa verdade se encontra com a maneira como a narrativa dá forma ao tempo, como será a seguir trabalhado.

Aqui consideramos que Vera foi a autora que inaugurou a escrita testemunhal autobiográfica de cárcere feita por mulheres no Brasil, falando de/sobre um espaço situado em uma margem ainda mais remota (CORONEL, 2015), quase um inalcançável da sociedade burguesa. A prisão, esse campo de concentração para pobres (WACQUANT, 2001), se torna um lugar possível para a produção literária, para a reflexão sobre literatura, e essa obra, portanto, inaugura um acontecimento na historiografia literária brasileira por diferentes motivos, os quais podem ser resumidos da seguinte maneira: *Ela e a reclusão* é uma obra publicada no início do período de maior cerceamento às liberdades individuais do nosso país, foi escrita por uma mulher que tinha sido presidiária e prostituta, sem ensino básico completo e de

origem periférica. Tanto a escrita do livro por Vera quanto a sua publicação, considerando as condições de sua produção, podem (e devem) ser compreendidas como um acontecimento na história da literatura brasileira.

Assim, não podemos desconsiderar o que foi anteriormente dito: além da colonização e da escravatura, temos o patriarcalismo, o qual está onipresente nesses dois processos históricos que foram responsáveis pela formação da sociedade brasileira. Dois traumas, acompanhados de um terceiro, que autorizam as diferentes violências que se marcam nas palavras e nos corpos dos sujeitos subalternos. A opressão de gênero é presente ao longo de toda a narrativa, desde o momento em que é abandonada pela própria mãe até quando é estuprada, aos 15 anos, por um homem que aparentava ser seu namorado, sendo que este momento define os rumos de sua vida subalterna.⁵

O presente texto pode e deve ser reconhecido como uma primeira escrita sobre a obra da autora,⁶ ainda tateando os caminhos sobre o teor testemunhal da obra *Ela e a reclusão*. Para isso, trazemos aqui duas seções, cujos objetivos são de apresentar uma breve contextualização da obra escrita por Vera Tereza de Jesus, nos quais tentamos recriar o momento de sua escrita e de sua publicação, e, em seguida, refletir sobre o teor testemunhal do texto pela relação com o tempo, destacando excertos que nos conduzam à elaboração teórico-analítica proposta.

A obra de Vera Tereza de Jesus: uma breve contextualização

O início da ditadura civil-militar no Brasil, no final de março de 1964, não impediu a publicação daquilo que estamos considerando a primeira

⁴ Não conseguimos identificar o ano de publicação da suposta última edição do livro, ocorrida depois do ano de 1970, conforme veremos mais adiante. Em função de essa informação não ser expressa na obra, decidimos por manter a data da publicação não identificada, com o uso do [197-], mas sabemos que, cronologicamente, ela está situada após a publicação da primeira (1965) e da segunda (1968) edição, pois, ao contrário das primeiras edições, a última edição apresenta um texto complementar no final da obra, o qual faz referência a um evento que tomou lugar no ano de 1970.

⁵ Nas palavras da autora: "Eu não podia olhá-lo de frente. Sentia vergonha, muita vergonha. Foi mais uma marca em minha vida. Foi o início de outras decepções pelas quais eu teria que passar. Ele havia aberto precedente" (JESUS, [197-], p. 59).

⁶ Embora investigue o texto de Carolina Maria de Jesus, é necessário citar que a tese de doutorado de Penteadó (2018) é um importante referencial para o desenvolvimento desta pesquisa, pois, após extensa procura, foi o único estudo que trouxe mais elementos sobre a publicação da obra de Vera Tereza de Jesus e sua relação com a escrita de testemunho. Apresentaremos alguns desses elementos na seção seguinte.

escrita autobiográfica testemunhal de cárcere feminina. A obra, cuja primeira edição foi impressa em outubro de 1965, é rondada por esse mistério. Expliquemo-nos: além de, àquela época, ser rara a publicação de literatura de cárcere, e, também, de textos escritos por mulheres, temos, na metade do século XX, a publicação de uma obra escrita por uma mulher ex-presidiária e de classe social desprivilegiada em um momento histórico em que as liberdades individuais eram cada vez mais controladas. O ineditismo da obra a situa como um acontecimento na historiografia literária brasileira, rompendo com o ciclo natural da reprodução de obras literárias masculinas, representantes da burguesia e da branquitude. Quem assume a palavra para falar sobre as situações de violência sofridas é a própria oprimida, ao invés de repassar a responsabilidade da gestão da narrativa de sua vida a um sujeito letrado – como foi o caso de Carolina Maria de Jesus, contemporânea de Vera, que publicou *Quarto de despejo: diário de uma favelada* em 1960.

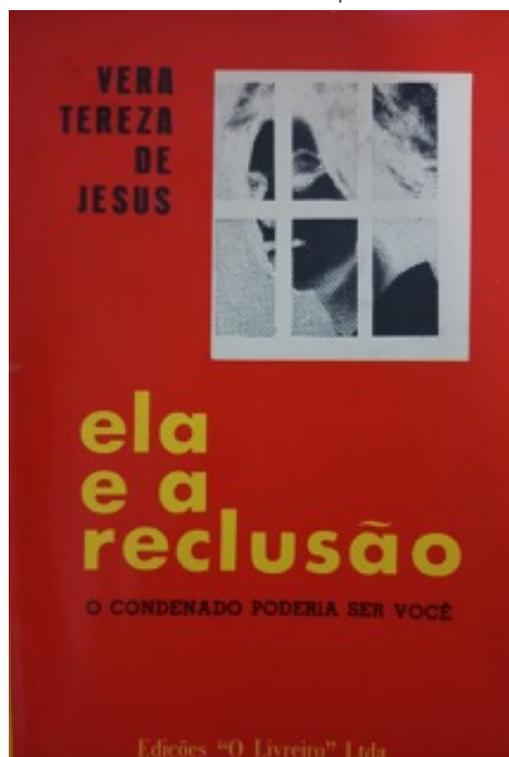
Os registros apontam que há três edições publicadas da obra de Vera Tereza de Jesus, o que indica, portanto, que o livro obteve algum sucesso e repercutiu, de algum modo, na sociedade brasileira da época – pelo menos em São Paulo. Estamos entendendo, pelos registros sobre a data de impressão presentes nas duas primeiras edições do livro, que a primeira edição é do ano de 1965; a segunda edição foi publicada em 1967; e, no que concerne à terceira edição, não há precisão quanto à data da publicação, pois não há esse registro nas informações do livro. A única informação referente à data e à edição consta em um texto complementar adicionado pela autora na terceira edição, intitulado "Tratado

de paz", no qual diz: "Espero que o leitor das 1.^{as} e 2.^{as} edições dêste livro não sintam-se ofendidos por estar eu acrescentando algumas páginas na sua 3.^a edição" (JESUS, [197-],⁷ p. 319). Na mesma página, a autora menciona o seguinte: "Tenho 36 anos e, estamos em 22 do 12 de 70, fiz questão de dizer isto, não para declarar minha idade, e sim para dizer que tenho encontrado criaturas com menos idade, porém, mais envelhecidas, razão fundamental: Tóxico [...]" (JESUS, [197-], p. 319). Apesar da referência ao ano de 1970, não podemos afirmar que a obra foi publicada em tal ano. O que importa é considerar que Vera obteve sucesso durante os cinco anos que sucederam à publicação da primeira edição do livro, e, surpreendentemente, prosperou na publicação da segunda e da terceira edições, mesmo após a inconstitucionalidade do regime político no qual se encontrava situada durante todo esse período de mais de cinco anos.

Todas as três edições possuem a mesma capa, conforme a Figura 1: a cor de fundo é o vermelho, que contrasta com o preto das letras do nome da autora e com o amarelo das letras do título do livro. O nome da autora comparece em caixa alta, ao passo que o título do livro está todo em caixa baixa, inclusive a primeira palavra do título, sendo que o subtítulo apresenta a mesma formatação do nome da autora, em fonte diferente. É feita referência à editora da obra (Edições "O Livreiro" Ltda.), em amarelo, além de ser apresentada, na parte superior direita da capa, uma imagem em preto-e-branco do perfil de uma mulher, à frente da qual estão duas barras brancas alinhadas na vertical e uma barra branca na horizontal, no centro da imagem, fazendo clara referência às barras das celas de uma prisão.

⁷ Optamos por retirar as citações da obra da sua última edição, ainda que não se saiba o ano exato de sua publicação.

Figura 1 – Capa da obra *Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você*, de Vera Tereza de Jesus



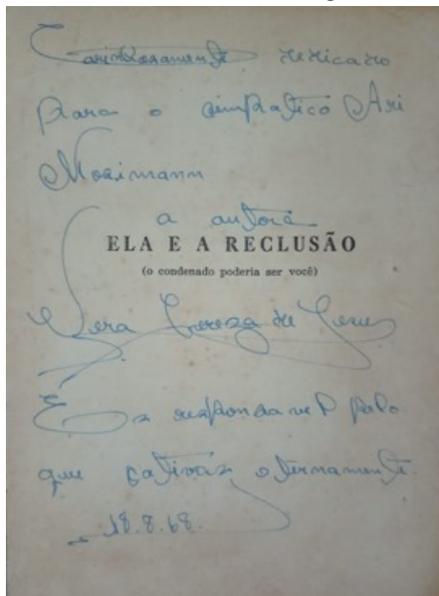
Fonte: Reprodução da capa da obra de Jesus [197-].

Outro elemento que é mantido nas três edições da obra é o prefácio de João Carvalhal Ribas, médico psiquiatra e professor da Faculdade de Medicina da USP, escrito em outubro de 1965. Em seu memorial de promoção ao título de professor adjunto da Universidade de São Paulo (RIBAS, 1969), o autor apresenta, na seção "atividade médico-social", subseção "prefácios", a escrita do prefácio da obra de Vera, juntamente de outras quatro obras: "Como viver 365 dias por ano" (John A. Schindler), "A Parapsicologia" (Robert Amadou), "Educando nosso filho (Higiene mental da criança de 2 a 10 anos)" (Isaac Mielnik) e "Impotência masculina" (Wilhelm Stekel). Já a crônica de Consuelo dos Reis e Mello⁸ aparece nas duas edições seguintes. Interessante observar que o livro de Vera, prefaciado por Ribas e elencado em seu memorial, encontra-se dentre títulos referentes a questões de saúde (mental e física) e desenvolvimento humano, temáticas de

interesse do médico psiquiatra. Um ponto que chama a nossa atenção, portanto, aponta para a possível consideração da obra como exemplar da psicologia do criminoso; ao invés de ter sido considerada, à época, como exemplar da compreensão da organização social e política do país, inscrita em uma lógica patriarcal, colonialista e racista, legitimada pela luta de classes (a classe dominante reproduzindo a ideologia dominante e mantendo a diferença de classe). Ao invés de ter sido escrito por uma pessoa pesquisadora das ciências sociais ou da literatura, o prefácio da obra foi solicitado a um profissional da saúde mental, o que, por óbvio, causa um grande estranhamento, como se o objetivo fosse compreender a "reclusão" de Vera como patologia, ao invés de ser entendida como sintoma do fracasso do laço social contemporâneo.

⁸ Foram feitas várias pesquisas em diferentes bases de dados online e a única referência realizada à autora diz respeito à publicação de um livro intitulado *A amazonas*, publicado em 1958. O fato de a crônica ter sido escrita por autora pouco renomada também é um aspecto que merece a nossa atenção e problematização.

Figura 2 – Dedicatória escrita por Vera Tereza de Jesus em um dos exemplares da segunda edição de sua obra, datada de 18 de agosto de 1968



Fonte: Reprodução de parte da obra de Jesus [197-].

No final da primeira edição, de 308 páginas, consta que a impressão dos exemplares foi terminada em outubro de 1965. A segunda edição teve a sua impressão concluída em setembro de 1967 e possuía 314 páginas. Contrastando a primeira edição com a segunda, encontramos, além do prefácio de Ribas, uma crônica da escritora Consuelo dos Reis e Mello, autora do livro *A ama zonas*, antes da apresentação do texto de Vera.

Conforme já foi mencionado, a terceira edição da obra, apesar de mais recente, é a mais misteriosa, pois não consta, em nenhum local do texto, o registro do ano de sua publicação. Todavia, na última edição há a presença de uma fotografia da autora na contracapa do livro (que, nas edições anteriores, estava vazia, somente com o fundo vermelho presente).

Figura 3 – Contracapa da terceira edição da obra *Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você*



Fonte: Reprodução da contracapa da obra de Jesus [197-].

Penteado (2016), interessado na obra de Carolina Maria de Jesus, menciona que, na época da publicação, nos anos 1968, existiu um interesse pela voz dos excluídos na América Latina. Assim, em função de um movimento iniciado em Cuba, no qual iletrados ou semiletrados narravam suas histórias a pessoas diplomadas que eram responsáveis pela escrita, passou a existir um gênero literário reconhecido como *testimonio*. Segundo o autor, "diário, memória, autobiografia ganharam *status* de literatura, pelo menos para esse grupo de intelectuais ligado a movimentos sociais" (PENTEADO, 2016, p. 22, grifo do autor).

Nessas condições é que acontece a publicação de *Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você*. Nos posicionamos em relação à obra de Vera Tereza de Jesus da mesma maneira que Penteado (2016) o faz em relação à obra de Carolina Maria de Jesus: não é possível enquadrar o texto de Vera em nenhuma teoria disponível, mas, apesar disso, vamos tentar relacioná-la ao conceito de *teor testemunhal* na proposta de Seligmann-Silva (2003a). Carolina e Vera são, então, "sujeito da narrativa, escreve o que pensa" (PENTEADO, 2016, p. 23).

Da mesma forma que Carolina, Vera não narrou sua história a um sujeito letrado. Vera possuía o domínio do português padrão escrito, e fez uso desse domínio, apesar da pouca escolaridade, para linearizar a sua história. Não há elementos, na produção do livro, que apontem para a presença de um editor – um dos muitos mistérios que circundam a obra. Percebe-se uma diferença, contudo, entre as suas diferentes edições. Conforme Penteado (2018), não há harmonia textual e estilística entre a escrita do texto de 1965 e o texto complementar "Tratado de paz" anexado à obra, publicado somente na sua última edição.

No trecho citado acima, ou em todo o texto complementar escrito por Vera Tereza e anexado à terceira edição, em 1970,⁹ vamos encontrar uma incidência de erros gramaticais bem maior do que a verificada no corpo do livro publicado em 1965, indicando um tratamento textual diferenciado entre os dois períodos.

Na primeira edição, o estilo do texto é mais direto, enxuto, com frases curtas, com uma acentuação precisa. Como no parágrafo no final do relato, em um desfecho que parece ter sido muito bem estudado, no qual Vera Tereza tenta se estabelecer como sujeito coletivo, aproximando-se das diretrizes do testemunho latino-americano (PENTEADO, 2018, p. 137).

Tal questão, juntamente do próprio título do livro, colocado na primeira pessoa do singular, como será visto, nos leva à indagação sobre a presença de um gestor/transcritor, que ajudou na organização da obra e na higienização de erros gramaticais e textuais, mesmo a autora tendo frequentado somente três anos de ensino formal. É importante trazer aqui os dizeres da autora no início do texto que complementa a sua terceira edição:

Escrevi meu livro sozinha, e se estou fazendo essa conferência que a seu ver e entender é superior a instrução que afirmo ter, digo-lhe que assim como você teve e tem um mestre, eu também o tive, e tenho. Aprendi com o mundo, lutando para sobreviver, aprendi a custa de quedas, e quando caímos e nos levantamos aprendemos de fato, minha escola foi a própria vida com ela aprende-se de verdade, tenho muita leitura e aprendi muito lendo. Não me limitei como a maioria a interessar-me por apenas uma coisa, leio sobre tudo e hoje posso afirmar meu grau de cultura é superior ao de uma série de homens que se deixaram encarcerar pelas idéias fabricadas (JESUS, [197-], p. 332).

Após esta breve apresentação da obra de Vera Tereza, ainda com muitas lacunas a serem preenchidas (e que, talvez, nunca o sejam), passemos às considerações da relação da obra com a literatura de testemunho.

Primeiras considerações sobre o teor testemunhal na obra *Ela e a reclusão*

Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você nos apresenta, desde seu título, elementos importantes para pensar sobre o teor testemunhal na literatura. A obra, escrita em primeira pessoa do singular, estranhamente possui um título que coloca uma distância entre a autoria e a

⁹ Apesar de Penteado (2018) afirmar que a terceira edição da obra foi publicada em 1970, entendemos que não há elementos suficientes, em sua forma material, para confirmar tal suposição, pois esse registro não aparece em nenhuma parte pré ou pós-textual do texto de Vera Tereza.

narrativa autobiográfica. O pronome pessoal na terceira pessoa do singular que emerge aqui não é condizente com toda a proposta da obra, a qual começa, inclusive, com uma referência extremamente pessoal daquela que a narra: "Esta é a realidade da minha vida" (JESUS, [197-], p. 15). Na abertura do texto, de imediato emerge o desejo de apresentar o todo, a verdade, a realidade sobre a própria vida; emerge o desejo de ultrapassar as barreiras da linguagem e mostrar a quem lê o texto exatamente aquilo que aconteceu. A narradora do presente, que promove uma construção textual de si como personagem da própria história, se coloca, no título, como um outro, ou, melhor dizendo, como uma outra, aquela que está reclusa, aquela que foi reclusa durante quase toda a sua vida e que, de certa maneira, tenta estabelecer laço com o outro através da escrita, agora que já não está mais presa (física e simbolicamente). A reclusão, apesar de presente no título da obra, começa a deixar de existir a partir da escrita, da visualização de si como um outro que não mais está recluso, cuja barreira da solidão foi ultrapassada pela simbolização da própria vida na narrativa testemunhal aberta a quem tiver o interesse de lê-la.

É por isso que entendemos, na presente reflexão, que a obra de Vera Tereza de Jesus, enquanto autobiografia feminina de cárcere, se configura como um texto com teor testemunhal e, mesmo que a narradora tente atribuir à sua escrita o efeito de verdade presente no primeiro enunciado do texto – "Esta é a realidade da minha vida" – não se pode deixar de compreender, a partir da configuração teórica do teor testemunhal, que a relação entre a ficção e a não ficção existe em um processo de sobredeterminação, sendo impossível resgatar o que se configuraria como realidade e o que se manifesta pela criação da obra. A narrativa é, assim, efeito singular de uma escrita que tem algo urgente a ser dito, algo urgente que trouxe efeitos para si, para a forma como o laço social foi feito e desfeito, torcido, rasgado e costurado, só possível de se ter tornado livro pela tessitura particular que a resistência ganha no simbólico frente à ameaça constante da barbárie.

Seguindo na análise do título da obra, os dois primeiros elementos que nos tomam a atenção são o pronome pessoal na terceira pessoa do singular e a "reclusão", a solidão exposta pela narradora como ponto determinante de sua configuração na formação social brasileira. A reclusão se manifesta, ao longo da obra, através de diferentes formas como a personagem atravessa os momentos de engavetamento (ou arquivamento) de si no sistema jurídico-penal brasileiro: desde criança, quando reclusa no Juizado de Menores e em um manicômio, por volta dos oito anos de idade, e, posteriormente, quando alienada em diferentes instituições prisionais do país, sempre tentando criar um espaço de solidão possível na configuração de superlotação dos presídios brasileiros. A reclusão, desse modo, emerge como a única possibilidade para a manutenção da vida frente às diferentes opressões que a situação de aprisionamento coloca às mulheres e aos homens presos, condenados ou não. É, assim, uma autobiografia de uma história de abandono, de violência, tanto dentro quanto fora das instituições oficiais de reclusão; como diz a autora: "Sei que será uma história muito triste e amarga; todavia, não poderei contar coisas alegres, uma vez que tudo é a mais fria realidade. Não há méritos, nem triunfos, na minha vida. Não houve lugar para a fantasia" (JESUS, 197-, p. 15). Escrever, então, é a única possibilidade de resgatar um pouco de humanidade para aquilo que não deveria ter acontecido. É se colocar como o outro de sua própria história, a fim de conseguir visualizar uma outra vida possível para si frente a tantas violências que configuraram a sua história, o seu corpo, a sua subjetividade.

O título com o pronome em terceira pessoa acaba trazendo outra questão importante de ser considerada, especialmente na configuração sócio-histórica-ideológica na qual o texto foi publicado: em plena ditadura civil-militar, um texto autobiográfico escrito por uma mulher ex-presidiária e ex-prostituta, que deixa o seu nome e o seu gênero marcados na primeira palavra que intitula a obra. Entendemos que dizer *ela e a reclusão*, ao invés de dizer, por exem-

plo, *a reclusão e eu*, ou, ainda, *nós e a reclusão*, proporciona a compreensão da importância do gênero na construção da narrativa; afinal, a única forma possível de marcar o gênero através de um pronome pessoal é utilizando a terceira pessoa do singular. Caso não fosse mulher, talvez o texto não teria sido escrito; caso não fosse mulher, a reclusão e a solidão não estariam (tão) presentes em sua vida, de menina abandonada aos oito anos pela própria mãe, estuprada e conduzida à prostituição e ao roubo pelos homens com quem estabelecia alguma relação de proximidade. *Ela* é o ponto determinante de uma história que se repete para várias mulheres, abandonadas, violentadas, presas, prostituídas. Se não fosse por *ela*, essa história não seria contada e permaneceria invisibilizada na configuração social da formação social brasileira, sobredeterminada pelo patriarcalismo na versão perversa da sociedade de consumo. Quando Vera Tereza narra, ela narra a história de uma classe de mulheres subalternizadas e condenadas a ocupar o lugar do resto do tecido social.

Assim, considerando o teor testemunhal da obra em análise, e observando a forma como a autora engaja o outro em sua narrativa (principalmente no encerramento do texto, como será visto), configuramos nosso texto pela relação com a teorização de Seligmann-Silva (2003a, p. 8), o qual refere que o teor testemunhal está presente na literatura de um modo geral: "[...] se torna mais explícito nas obras nascidas de ou que têm por tema eventos-limite". Pensando nisso, é possível considerar que há, na escrita de cárcere de Vera Tereza de Jesus, o teor testemunhal na tentativa de dizer exatamente o que aconteceu, mesmo que isso seja impossível de ser simbolizado, de ganhar corpo pela palavra, através da narrativa de toda uma vida no limite (e não somente um evento). Conforme Seligmann-Silva (2003b, p. 382-383, grifo do autor),

na literatura de testemunho não se trata mais de *imitação* da realidade, mas sim de uma espécie de "manifestação" do "real". É evidente que não existe uma transposição imediata do "real" para a literatura: mas a *passagem* para o literário, o trabalho do estilo e com a delicada trama de som e sentido das palavras que

constituem a literatura é *marcada* pelo "real" que resiste à simbolização.

Podemos traçar algumas considerações sobre o enlace promovido entre aquilo que se diz e aquilo que não se pode dizer: a escrita promove uma relação imaginária entre o que é a verdade para o sujeito e a escrita sobre essa verdade; no entanto, a verdade do sujeito, ou seja, aquilo que não ganha corpo pela palavra, mas deixa seus efeitos, é inacessível. Essa verdade existe enquanto um resto daquilo que não ultrapassa a barreira do real para o simbólico. Apesar do esforço da composição textual da narrativa de si, a resistência à simbolização própria de todo processo de tomada da palavra deixa seus efeitos, incontornáveis efeitos da subjetivação pelo impossível.

Isso pode ser observado em diferentes momentos da obra de Vera Tereza, mas podemos destacar alguns marcos ao longo da narrativa. Chamamos a atenção para os momentos em que a escrita embaralha presente, passado e futuro, como se a narradora estivesse tentando escrever uma outra história possível para si, personagem principal da sua vida trágica. Vamos fazer referência a algumas dessas passagens, que revelam quase que uma confissão da narradora sobre os erros cometidos pela protagonista da autobiografia: "Se naquele momento, eu pudesse prever o *futuro*, teria fugido daquele homem que me abraçava e acariciava com tanto amor" (JESUS, [197-], p. 100, grifo nosso); "*Futuro!* Ah, se eu pudesse adivinhar o que estava reservado para esse *futuro* tão almejado e sonhado por mim!... Certamente teria, sem dúvida, posto fim à minha existência. Agora compreendo porque é um privilégio o incógnito amanhã" (JESUS, 19XX, p. 98, grifo nosso); "As cenas que vi e os espetáculos humanos a que assisti ficaram para sempre gravados em meu cérebro, como algo terrível, que mesmo o próprio *tempo* jamais apagará!" (JESUS, [197-], p. 97, grifo nosso).

No último recorte, mesmo sem a presentificação do significante *futuro*, há uma projeção daquilo que acontecerá, ou seja, o futuro, mesmo com a escrita da narrativa, não poderá eliminar

o trauma, eliminar o sofrimento de uma vida no limite.¹⁰ Mesmo que a narrativa se projete como uma tentativa de mudar o passado, ou, melhor dizendo, de *apagá-lo*, resta uma cicatriz da ordem do real que seguirá produzindo seus efeitos. Desse modo, a previsão do futuro, como marca do impossível, surge na textualidade da obra como aquilo que jamais será possível de prever, que foge ao controle da narradora, a qual tenta, através da obra, estabelecer uma nova relação com a própria vida, retrazar a sua história, baseada em erros cujos efeitos eram impossíveis de serem calculados (*se naquele momento, eu pudesse prever o futuro... se eu pudesse adivinhar o que estava reservado para esse futuro...*).

A própria narradora do presente não acredita na própria história, nas violências a que estaria exposta, mesmo imaginando ter controle sobre a própria vida e sobre a própria narrativa. O resgate da sua humanidade é a única coisa possível frente ao impossível da mudança daquele futuro, que, no tempo da narrativa, já é passado. Mudar o futuro manifesto no texto e mudar a linha do tempo da própria história se colocam como efeitos do impossível na narrativa de Vera Tereza de Jesus.

Podemos, ainda, resgatar outros recortes do texto de Vera Tereza nos quais conseguimos identificar essa relação tensa com a dimensão temporal da narrativa. São eles: "O passado fôra tão triste, o futuro teria que ser melhor!" (JESUS, [197-], p. 85); e "Fui buscar minhas coisas. Será que terei que dar satisfação de minha vida passada o resto de minha existência?" (JESUS, [197-], p. 63). No segundo trecho selecionado, vemos que, mesmo com a tentativa de a narradora apresentar a necessidade vital de apagar o passado, quem o lembra é o outro, aquele que reconhece nela a marca do passado obscuro e abjeto, subalterno e indesejado, como o dejetivo humano da nossa formação social, o indesejável que nos lembra daquilo que repudiamos, que não desejamos, mas que nos constitui; o estrangeiro que não reconhecemos como parte de nós mesmos. É o

outro, então, quem faz retornar constantemente o passado, tornando impossível o vislumbre de um outro futuro, de um futuro em uma outra posição. É no embate entre a memória e o esquecimento que vai se configurando um futuro possível. Nas palavras da própria autora:

A idéia de parar aquele ritmo de vida diabólica foi crescendo até tomar forma de algo que deve ser construído. Eu precisava esquecer para continuar vivendo! mas como esquecer, se tudo à minha volta era tão claro! Por que eu tinha que ser diferente das outras pessoas? por acaso eu não fôra feita para o mesmo fim? Como sempre, surgiam as perguntas sem resposta. A minha culpa era grande, muito grande. Se matamos alguém somos criminosos, mas se matamos a nossa própria existência, somos triplamente culpados: eu me havia matado a mim mesma, eu me havia destruído lentamente e sem remédio. A confusão tornava-se cada vez maior, cada dia de vida era a morte do futuro, eu deixava um rastro de misérias e destruição (JESUS, [197-], p. 194-195).

A morte em ato era punida com o enclausuramento, mas a morte de si, mesmo que em vida, mesmo sendo a morte simbólica de si, configura uma culpa impossível de ser punida. Matar a si mesma era, então, matar o seu futuro, o qual somente poderia ser resgatado pela escrita.

Assim, chegamos ao subtítulo da obra, marcada por uma diferença com relação ao seu título. No título, *Ela e a reclusão*, há a presença do pronome pessoal na terceira pessoa,¹¹ ao passo que, no subtítulo, *O condenado poderia ser você*, o estabelecimento da relação entre o eu e o tu retorna, como se houvesse uma relação interlocutiva estabelecida através de uma hipótese criada pelo verbo no futuro do pretérito. Em um primeiro momento, enquanto o outro é aquela que está presa, no segundo momento, estabelecido no subtítulo, a narradora retoma a autoria da narrativa em primeira pessoa do singular, chamando quem lê o texto para se identificar com a posição de pessoa reclusa. O teor testemunhal se manifesta, aí, como uma narrativa de um trauma possível, interpellando o leitor a compreender a urgência

¹⁰ Resgatamos a referência ao "limite" tanto pela teorização de Seligmann-Silva (2003a) quanto pelo título da tese de Penteadó (2018): "Estética da vida no limite".

¹¹ Uma possibilidade de trabalho seria reivindicar a diferença entre pessoa (eu e tu) e não pessoa (ele) postulada por Benveniste (1988), mas, no presente trabalho, não conseguiremos dar continuidade a tal caminho analítico.

do dizer da narradora. O trauma não vivido pelo leitor também significa no jogo entre possível e impossível de dizer.

Podemos, assim, relacionar tal aspecto a Penna (2003, p. 345-346, grifo do autor):

Preferimos ficar com a hipótese de que o testemunho fala e narra o nosso encontro com o Real do trauma, assim como concebido por Lacan, o encontro com estas experiências do corpo que sofre com a fome (Beverley, 1996, p. 274), com algo que resiste à simbolização da narrativa, e que apesar de tudo, apesar dela própria, a narrativa revela. Os segredos de Rigoberta, seus silêncios encenados, o martírio e a tortura de seu irmão que ela ficcionaliza para esconder e assim mais profundamente revelar a morte e a tortura de seu irmão que *realmente* aconteceu, todas as manifestações dessa prática extraliterária, de uma ação, de uma política identitária constituem o cerne da questão que o testemunho continua colocando para nós, o que nos permitiria explicar a grande importância no testemunho dos dêiticos ou das notações indiciais: *este* corpo, *esta* dor, *esta* fome. Mas quem sabe não o corpo, a dor ou a fome que os críticos do testemunho esperavam e desejavam, mas a política da escuta desses corpos sentindo dor e com fome, que continuamos tendo que atestar, apesar e por causa deles não provocarem a prática e a ação que projetávamos sobre eles, que queríamos que eles realizassem por nós, para redimir o nosso desejo restitutivo culpado, mas que, confirma a nossa culpa, e sem resolvê-la, acusa sempre a nossa culpa irrevogável, o testemunho não deixa de contar. Este é e continua sendo o real do testemunho.

Em referência ao pensamento de Penna (2003), Coronel (2015, p. 38) diz que "Tais sínteses parecem muito úteis na caracterização das vozes do cárcere, que narram a experiência da dor a partir do próprio corpo sem deixar de constituir uma denúncia da violência presente na rotina prisional". Desse modo, no texto aqui analisado, "este corpo, esta dor, esta fome", referidos à teorização de Penna (2003), funcionam como se a narradora dissesse: "veja este sofrimento que eu estou vivendo aqui e que você jamais poderá sentir". Escrever no testemunho é criar laço, é colocar-se no laço social marcado pela simbolização; é substituir o inenarrável por aquilo que é possível dizer em uma experiência de violência vivida pelas classes subalternas, afetadas

por diferentes políticas de segregação em uma formação social determinada por colonialismo, escravidão e patriarcalismo. A urgência do dizer do subalterno cala o censor, o Estado invisibilizador, que gerencia quem pode e deve falar. É por isso que a obra de Vera Tereza de Jesus, mulher pobre e abandonada, é um acontecimento, um acontecimento que coloca em xeque a formação social que naturaliza as opressões de gênero e não autoriza o subalterno a falar – mas alguns subalternos rompem com a reprodução da opressão e fazem emergir o impossível.

Considerações finais

Começamos nossa conclusão retomando o que diz Coronel (2018, p. 222): "o autor do cárcere tem reforçada sua subalternidade e sua cidadania autoral de segunda mão". Trabalhar com literatura de cárcere se coloca como um desafio no sentido de não manter tal escrita em uma posição subalterna, mas em resgatar a potência e a urgência desse dizer. Aqui, especificamente, trabalhamos com a força da escrita de Vera Tereza de Jesus.

Assim, o que, na atualidade, é celebrado como literatura marginal de cárcere, iniciado no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 com, principalmente, as publicações de Dráuzio Varela – *Estação Carandiru* (1999), *Carcereiros* (2012) e *Prisioneiras* (2017) –, *Diário de um detento* (2001), de Jocenir, e *Memórias de um sobrevivente* (2001), de Luiz Alberto Mendes, já havia sido começado por uma escritora, uma mulher, cuja obra merece ser reconhecida como um acontecimento no seio da historiografia literária brasileira. Vera Tereza de Jesus, mesmo com todas as informações que faltam para compreender o contexto de produção de sua obra, nos mostra uma outra realidade, a realidade impossível para o sujeito homem branco e burguês, amparado pela formação social capitalista, pelo Estado e pelo Direito.¹²

Observamos a forma como a narrativa dá forma ao tempo e ao teor testemunhal, imbricando passado, presente e futuro na escrita que lhe é possível. Vera fala sobre a criminalidade reco-

¹² Desde a publicação de Vera Tereza, só temos conhecimento de uma outra autora de escrita de cárcere: Gih Trajano, com a obra *Quem saberia perder* (TRAJANO, 2021).

nhecendo-se como uma criminoso. Não se trata, portanto, da voz do homem branco de classe média falando sobre o crime. Não se trata de um escritor profissional com alto grau de escolaridade (algo raro em nosso país, especialmente na época da publicação da obra) forjando um imaginário de criminalidade. É, como diz a própria Vera, a realidade da sua vida, inscrita no crime, na violência, no desamparo, no abandono. É a história de muitas outras pessoas: "História de muitos, nossa história! A história de muitos figurada em minha pessoa" (JESUS, [197-], p. 314).

Referências

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1988.

CORONEL, Luciana Paiva. A escrita contemporânea do cárcere: história e literatura na voz da margem sobre a cidade. *Mouseion*, Canoas, n. 20, p. 33-43, abr. 2015.

CORONEL, Luciana Paiva. Gênero e encarceramento: as vozes e o silêncio das presidiárias autoras. In: GOMES, Gina Maria (org.). *Alteridades em trânsito: estética e representação na narrativa brasileira do século XXI*. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 222-239.

JESUS, Vera Tereza de. *Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você*. 1. ed. São Paulo: Edições "O Livreiro", 1965.

JESUS, Vera Tereza de. *Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você*. 2. ed. São Paulo: Edições "O Livreiro", 1967.

JESUS, Vera Tereza de. *Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você*. 3. ed. São Paulo: Edições "O Livreiro", [197-].

PENNA, João Camillo. Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 297-350.

PENTEADO, Gilmar. A árvore Carolina Maria de Jesus: uma literatura vista de longe. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, Brasília, n. 49, p. 19-32, set./dez., 2016.

PENTEADO, Gilmar. *Estética da vida no limite: autenticidade, ponto de vista interno, testemunho e valor literário em Quarto de despejo*. 2018. 356 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

RIBAS, João Carvalhal. *Memorial*. São Paulo: USP, 1969.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Introdução. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003a. p. 7-44.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o "real". In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003b. p. 371-386.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TRAJANO, Gih. *Quem saberia perder*. São Paulo: Selin Trovoar, 2021.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Tradução de André Telles. 2. ed. ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Luciana lost Vinhas

Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil; mestre em Letras pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel), em Pelotas, RS, Brasil. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil, e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), em Pelotas, RS, Brasil.

Endereço para correspondência

Luciana lost Vinhas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Av. Bento Gonçalves, 9500, Prédio 43221
Agronomia, 91509-900
Porto Alegre, RS, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação da autora antes da publicação.